

2015 CONFERÊNCIA SINDICAL



«Afirmar o futuro nos 40 anos do STAL»

Manifesto

Os direitos dos trabalhadores no Poder Local de Abril Autonomia do Poder Local, Democracia e Desenvolvimento

Décadas de políticas de direita, agravadas nos últimos anos, nomeadamente, pela destruição do vínculo público, do sistema de carreiras profissionais, pelos cortes e congelamento de salários e pelos PEC I, II, III e IV, aprofundados pelo Pacto de Agressão subscrito pelos partidos do arco da dívida PS, PSD e CDS-PP com a UE, BCE e FMI, pacto que este Governo PSD/CDS-PP, com a conivência do Presidente da República, tem vindo a executar com devoção, constituem uma ofensiva sem precedentes contra todos os trabalhadores e sobretudo contra os da Administração Local, contra o Poder Local Democrático e os serviços públicos locais, visando de forma saudosista transformar as autarquias em meras dependências da administração central, diminuí-las na sua capacidade de realização para facilitar novos e frutuosos negócios privados.

A contratação colectiva, a empregabilidade, os salários e os horários de trabalho são delapidados e atacados ao mesmo tempo que são criados impostos especiais, procurando ignorar direitos sociais e laborais resultantes da luta dos trabalhadores os quais constituem avanços civilizacionais indispensáveis.

Agudizam-se as desigualdades sociais e cavam-se mais fundo as assimetrias regionais, com a desertificação humana e económica do interior do País.

A autonomia política, administrativa e financeira do Poder Local, constitucionalmente consagrada, foi severamente atacada, colocando em causa o nível e a qualidade dos serviços públicos prestados às populações.

Foram eliminadas milhares de freguesias, o que contribuiu para o abandono ainda maior das populações, acentuando as assimetrias sociais e regionais e provocando maior desertificação do interior do País.

Agora, sob a capa da descentralização, o Governo intensifica a reconfiguração neoliberal do Estado com a “municipalização” de importantes funções sociais como é o caso da educação, da saúde, da cultura e da segurança social, ao mesmo tempo que centraliza para privatizar serviços de responsabilidade social na área do ambiente, água e resíduos, usando as autarquias como instrumento e etapa para a privatização, beneficiando, para o efeito, da cumplicidade de alguns autarcas.

Os delegados à II Conferência Sindical do STAL, assumindo as responsabilidades que resultam da presença, influência e intervenção do STAL junto dos trabalhadores e na sociedade, correspondendo à necessidade de resolução de problemas e de intervenção nos locais de trabalho, tendo afirmado reivindicações e propostas que permitem a valorização social e profissional dos trabalhadores e exigem o respeito pela autonomia local, constitucionalmente consagrada, e **definem como eixos prioritários de acção:**

I. A defesa do vínculo público e do emprego

Os delegados à II Conferência e o STAL afirmam a defesa intransigente do vínculo público de nomeação em funções públicas, constitucionalmente consagrado, enquanto garantia de democraticidade, de isenção e de independência essenciais à salvaguarda dos serviços do Estado democrático e garante de imunidade contra interesses e pressões de diferentes grupos, políticos ou económicos, assim como a prestação de serviços essenciais que se exigem ao serviço do País e das populações, ao mesmo tempo que garante os mecanismos necessários que imputam aos trabalhadores que exercem a sua actividade ao serviço do Estado e das suas diversas organizações, regras claras e precisas, conferindo-lhes graus de independência e de protecção.

E exigem a revogação da legislação publicada apenas com objectivo de instituir a precariedade laboral e a arbitrariedade contratual na Administração Pública, assumindo o princípio de que a necessidades permanentes têm de corresponder postos de trabalho permanentes e um vínculo definitivo, consagrado na Constituição da República Portuguesa e na legislação nacional, e imposto pela Directiva 1999/70/CE, de 28 de Junho de 1999, respeitante ao acordo-quadro relativo aos contratos de trabalho a termo, com a integração nos quadros de pessoal de todos os trabalhadores que desempenhem funções de carácter permanente através da definição de um novo processo de regularização de todas as formas de contratação precária e ilegal incluindo os Contratos Emprego Inserção (CEI e CEI+).

II. O direito à carreira profissional

Os delegados à II Conferência e o STAL relembram que o respeito pelo valor social do trabalho e a dignidade dos trabalhadores exige, para além de um vínculo de trabalho efectivo, um horário de trabalho adequado (35 horas semanais sem banco de horas ou adaptabilidade), o reconhecimento pela actividade profissional de cada trabalhador, pela sua profissão, instituindo um sistema efectivo de carreiras profissionais.

Reconhecem que só uma política ideológica ultra-direitista ou o completo desconhecimento do mundo do trabalho pode confundir a realidade funcional de um técnico superior do serviço social com um engenheiro civil, de um arquitecto com um jurista, de um pedreiro com um pintor de automóveis, de um canalizador com um calceteiro.

Exigem a abertura de um processo negocial que conduza à reconstituição de um verdadeiro sistema de carreiras profissionais que, a partir do anterior e tendo em conta as diferentes evoluções registadas, reponha o respeito pelo trabalho e pelos trabalhadores.

III. A defesa do aumento salarial e da sua negociação anual

Na Administração Pública permanece, desde 2010, o congelamento salarial, agravado pelos cortes nas remunerações superiores a 1.500 euros, pela eliminação ou diminuição de diversas prestações pecuniárias e pelo enorme aumento de impostos, o que levou a uma quebra brutal nos salários nominais e reais dos trabalhadores da Administração Local.

Note-se que entre 2011 e 2014 os impostos sobre o rendimento do trabalho e pensões aumentaram 30%, retirando às famílias quase 3 mil milhões em poder de compra. No mesmo período, os impostos sobre as empresas diminuíram 14%. Em 2014, estas pagaram menos 663 milhões de euros do que em 2013.

Os delegados à II Conferência e o STAL exigem a imediata eliminação da sobretaxa extraordinária, conforme documento entregue ao Governo no passado dia 22 de Abril, e consideram que é urgente e necessária outra política fiscal que garanta uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza, designadamente mediante o desagramento da carga fiscal que penaliza brutalmente os trabalhadores e os pensionistas, devendo ser justa e responsabilmente tributado o grande capital que continua a usufruir de numerosos benefícios e privilégios.

O salário mínimo tem que ser a garantia de subsistência digna a quem dele afe, o que não acontece com o actual valor que não permite fazer face ao custo de vida, estando grande parte dos trabalhadores que o auferem abaixo do limiar da pobreza.

Os delegados à II Conferência e o STAL exigem o seu aumento para 540 euros em 2015 e para 600 euros em 2016, acompanhando a justa reivindicação da CGTP-IN.

E exigem ainda o aumento geral dos salários de todos os trabalhadores e o respeito pela sua anualidade, particularmente aos trabalhadores da Administração Local que, a par de toda a Administração Pública, não vêem os salários aumentados desde 2009, o que levou a uma quebra de rendimentos efectiva superior a 25%, se for considerado o somatório do congelamento das carreiras com os cortes salariais e a subida dos impostos e do custo de vida.

IV. A defesa do horário de trabalho de 35 horas para todos, sem adaptabilidade ou banco de horas

O STAL já negociou e assinou Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP) com mais de dois terços de municípios e mais de quatro centenas de freguesias e muitas outras entidades empregadoras da esfera do poder local.

Avaliada a posição pública das diversas instituições não dependentes dos partidos do governo (PSD e CDS-PP), é com estupefacção que se assiste à actuação ilegal e imoral de um Governo que, através de um Secretário de Estado, procura entrar às escondidas pela porta dos fundos, insiste na chantagem e anda de autarquia em autarquia a procurar envergonhar os eleitos, tentando impor-lhes falta de responsabilidade e verticalidade e querendo submetê-los, de forma ilegal, a assinar contratos à medida de um Governo de tempos idos.

Os delegados à II Conferência e o STAL consideram que a Lei Fundamental e a Contratação Colectiva têm que ser respeitadas, pelo que exigem a publicação imediata de todos os ACEP, livremente negociados e assinados entre o STAL e as autarquias locais, pondo fim a este inaceitável bloqueio!

V. Compromisso de luta!

Os delegados à II Conferência e o STAL reafirmam que no momento em que se aproximam as eleições para a Assembleia da República tudo farão para dinamizar a acção sindical, bem como mobilizar os trabalhadores e as populações para derrotar as políticas de empobrecimento e de privatização que têm sido impostas e contribuir para a construção de uma política que respeite e valorize os trabalhadores, afirme a

autonomia do Poder Local Democrático e garanta a construção de um Portugal desenvolvido e socialmente justo.

Este é um compromisso de luta! Luta que vai prosseguir e intensificar-se, em defesa dos direitos dos trabalhadores, do Poder Local Democrático, da valorização social e profissional e de serviços públicos de qualidade!

Lisboa, 19 de Junho 2015

A Conferência